

historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: LUGAR DE MEMÓRIA E FORMADOR DE IDENTIDADES

Thais Nívia de Lima e Fonseca
Doutoranda em História Social - Universidade de São Paulo

Tenho visto, com prazer, a emergência do livro didático de História como fonte de pesquisa em muitos trabalhos recentes no Brasil. Nesta perspectiva, ele extrapola sua condição primordial – a de um manual útil ao ensino da disciplina – e alcança o caráter de documento, lado a lado com aqueles mais tradicionais ou mais prestigiados. Não posso deixar de relacionar este fato aos avanços da historiografia brasileira contemporânea, que tem ampliado sobremaneira o espectro das fontes de investigação, seu tratamento e sua interpretação. É o resultado, sem dúvida, da incorporação de novas abordagens e novos pressupostos teórico-metodológicos nas duas últimas décadas.

Neste processo, o livro didático tem sido interrogado num esforço de desconstrução de discursos e de imagens, criando-se possibilidades de discussão que permitem a compreensão de sua historicidade. Acredito que esta forma de abordagem possa ser feita na perspectiva dos imaginários sociais e da constituição de uma memória e suas representações, visto ser o livro didático de História um dos elementos difusores, não apenas do conhecimento histórico, mas, sobretudo, de uma determinada memória. Estudos dessa natureza – tendo ou não o livro didático como seu objeto central – têm demonstrado o potencial de exploração desse tipo de fonte, como é o caso da historiografia francesa interessada nos processos de construção de identidades nacionais e de formulação de mitos políticos. Parte importante desses estudos é a análise de Pierre Nora¹ – norteadora de muitos trabalhos, inclusive no Brasil - a respeito da elaboração de um grande pro-

reto de história nacional, no final do século XIX, conectando a produção historiográfica tradicional com a elaboração de manuais escolares adequados à construção de uma identidade nacional coletiva. Além dele, e até anteriores a ele, outros autores debruçaram-se sobre os manuais didáticos e sua relação com a ideologia, com o nacionalismo e com a construção de identidades. Posso citar, entre outros, Henri Moniot, Jacques e Mona Ozouf, Pierre Ansart e Marc Ferro².

No Brasil, vários autores já sugeriram essa relação mostrando como uma determinada construção histórica é mantida por longo tempo, permanecendo na memória coletiva, consolidando, através do livro didático, o que chamo de “senso comum histórico”. Destaco os trabalhos de Ernesta Zamboni, Circe M. F. Bittencourt e Ciro F. Bandeira de Melo³.

Trabalhos que não têm o livro didático como objeto central de análise, utilizam-no como fonte, de forma estimulante, explorando-o em várias de suas dimensões. Como exemplo, cito os estudos de Maria Helena Capelato e da historiadora argentina Diana Quattrocchi-Woisson⁴. Como parte das análises sobre o imaginário e as representações políticas, as autoras fazem vasto uso de manuais didáticos, analisando-os como elementos importantes na construção de uma identidade nacional coletiva. Ao lado de outras fontes – jornais e revistas, iconografia, discursos e obras teóricas – os manuais didáticos apresentam-se como parte essencial de uma determinada formulação política e de um determinado contexto cultural.

O livro didático e a educação formal não estão descolados do contexto político e cultural e das estruturas de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. Sua elaboração não parte, exclusivamente, de interesses pré-estabelecidos, mas incorpora as concepções de história e os sistemas de valores dos autores e de seu tempo. Atuam, na verdade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo e de história. Junto à arte, à imprensa e outros meios de comunicação,

colaboram para a circulação e a apropriação de determinadas idéias, valores e comportamentos. Os livros didáticos têm sido, de fato, um dos grandes responsáveis pela permanência de discursos fundadores da nacionalidade.

Pretendo, neste texto, discutir as dimensões do livro didático como lugar de memória – no sentido de depositário de uma memória nacional – e como formador de identidades, evidenciando saberes já consolidados, aceitos socialmente como as “versões autorizadas” da história da nação e reconhecidos como representativos de uma origem comum. Interessa-me perceber as continuidades ou descontinuidades presentes nos livros didáticos, na dimensão das representações construídas e do imaginário. Analisarei alguns dos livros mais utilizados nas escolas brasileiras nos últimos dez anos⁵, e tomarei como matéria dois temas “clássicos” dos conteúdos de História ensinados nas escolas: o descobrimento do Brasil e a Inconfidência Mineira⁶.

A fim de melhor delinear o caminho das permanências e/ou mudanças nas características dos livros didáticos e nas suas abordagens, parto do já citado estudo de Ciro Bandeira de Melo, que analisou dois livros publicados no final do século XIX, de autoria de João Ribeiro e de Joaquim Manuel de Macedo, respectivamente⁷. Analisando suas relações com a historiografia brasileira do século XIX e com os embates entre monarquistas e republicanos naquele período, o autor demonstra a construção de uma determinada visão do processo histórico brasileiro e sugere, sem se deter na questão, que os eixos fundamentais dessas obras ainda são observados nos livros de História atuais. Tomando sua análise como ponto de partida, pretendo sustentar a hipótese da permanência da visão tradicional de história e do papel do livro didático como mantenedor de determinadas representações acerca dos temas escolhidos. Creio, ainda, que essas representações buscam forjar ou consolidar uma idéia de nação una, livre de conflitos, produto da “democracia racial”, nascida sob a égide da colaboração e do intercâmbio cultural. Contrapondo os livros de História produzidos no final do século XIX com os atuais, creio ser possível encontrar mais sintonias do que se desejaria esperar. Basicamente, seus textos procuram no descobrimento

do Brasil uma origem épica para a história da nação, nascida do espírito empreendedor do português que, cruzando oceanos e enfrentando perigos, finalmente alcançou as costas brasileiras e iniciou um grandioso processo civilizador. A base da narrativa desses autores é a carta de Pero Vaz de Caminha e, dela, cada um extrai aquilo que mais lhe interessa, como a ansiedade dos portugueses em saber se havia ouro na terra, ou o caráter selvagem dos indígenas. Em comum, têm o apelo emotivo e sentimentalista sobre as viagens atlânticas, sempre ameaçadoras, reforçando a coragem e enaltecendo a ação da nação lusa nessa epopéia. A chegada dos portugueses é vista como um movimento promotor do progresso e da civilização. Suas abordagens do descobrimento do Brasil exprimem, ainda, a base cristã da colonização, quando destacam a celebração da primeira missa no território. Ambos preocupam-se, também, com a exatidão das informações, com a “verdade” dos fatos, como, por exemplo, o dia exato do desembarque de Cabral no Brasil, ou o local exato em que ele ocorreu.

206

Em relação à Inconfidência Mineira, *Ciro Bandeira de Melo* mostra que ambos os autores analisados, embora com posicionamentos políticos diferentes – *Macedo* era monarquista e *Ribeiro* um republicano – reconheciam o pioneirismo dos inconfidentes mineiros no movimento pela independência do Brasil, atribuindo-lhes, também, o caráter heróico pelo qual seriam imortalizados. Neste aspecto particular, o heroísmo de *Tiradentes* é admitido, mesmo que com matizes diferentes em cada um desses autores. E, ao mesmo tempo em que reconhecem o heroísmo de *Joaquim José da Silva Xavier*, não deixam de desqualificar os delatores, sobretudo *Joaquim Silvério dos Reis* que, na construção republicana e sacralizada da história da Inconfidência, será associado a *Judas Iscariotes*.

Em um ponto os dois autores analisados por *Ciro Bandeira de Melo* diferem substancialmente, demonstrando uma ruptura, dado o republicanismo de *Ribeiro* que identifica na Inconfidência Mineira o nascimento do espírito nacional. Dessa forma, arquiteta-se com mais coerência a caracterização do movimento como o precursor, mais que da independência, da própria República; e de *Tiradentes* como o herói máximo da nação. Esses dois

autores de livros didáticos do século XIX tornaram-se modelos para outros tantos que os sucederam, podendo-se considerar que, ainda hoje, apesar de certas transformações, suas abordagens estão presentes, consolidando uma concepção de história de caráter tradicional, conservadora e preconceituosa, contribuindo para a perpetuação de determinadas representações que constituem parte importante do universo cultural brasileiro. Vejamos como alguns dos aspectos tratados acima manifestam-se nos livros didáticos de História utilizados hoje. Começo pelo tema do descobrimento do Brasil e sua inserção no movimento da expansão européia do século XV.

Seja nos livros de perspectiva tradicional, seja nos de orientação marxista, o tema não é abordado fora de uma visão etapista e, fundamentalmente, determinista e fatalista, apresentando a história portuguesa como um caminho necessariamente voltado para o destino da expansão marítima, pela tradicional reunião das “condições favoráveis”, únicas em Portugal, dando-lhe o papel pioneiro no processo. Conseqüentemente, a chegada dos portugueses ao Brasil é vista como um resultado quase “natural”. O enfoque épico acentua o seu caráter heróico, simplificando um processo complexo, que esteve longe da harmonia e do consenso⁸. A ausência de conflitos é expressa pela afirmação predominante de uma perfeita conjugação de interesses entre os vários grupos sociais portugueses, empenhados num grande projeto nacional, tendo a aventura atlântica como eixo. O descobrimento, obra do espírito aventureiro e empreendedor da nação lusa, marca o “nascimento” épico do Brasil; mas o processo de colonização que vem a seguir é, em geral, pintado com cores ásperas, acentuando o caráter explorador, evidenciando uma visão às vezes nacionalista, às vezes militante. A conseqüência imediata, no campo das representações, é a transposição dessa explicação para a situação de atraso do Brasil, atribuindo-a a um condicionamento simplista proveniente da colonização portuguesa ou à nossa “eterna” dependência.

Percebe-se também a grande ausência das questões culturais inerentes ao processo histórico, no tocante aos condicionantes existentes, não apenas na expansão marítima portu-
207

sa, como também no processo de colonização. Ora, se nos voltarmos para as duas matrizes aqui consideradas – os livros de Ribeiro e de Macedo –, veremos que, em um século, os livros didáticos não avançaram consideravelmente nesta matéria. A valorização da epopéia, por exemplo, é reforçada pela ênfase que recai sobre as crenças comuns aos europeus no limiar do século XV, ligadas à existência de seres malignos habitantes dos mares, à geografia pouco segura do planeta, tudo aumentando as possibilidades do perigo e da morte iminentes. Os textos didáticos, ao invés de trabalharem essas questões como parte do universo cultural europeu do período, enfatizam uma visão preconceituosa, tratando-as apenas como fruto de superstição e de ignorância, olhando-as com as referências do senso comum do homem contemporâneo.

Outra representação recorrente é a que trata dos contatos dos portugueses com as terras e os povos até então por eles desconhecidos. Aqui, podemos perceber duas tendências. A primeira, mais tradicional, baseia-se geralmente na utilização, parcial e nem sempre precisa, da carta de Pero Vaz de Caminha e apresenta um momento idílico de encontro entre portugueses e indígenas. Os primeiros contatos entre os dois povos são “naturalizados”, perdendo-se a provável dimensão do encontro entre duas culturas desconhecidas entre si, além de mostrar um indígena passivo, deixando-se levar pelas vontades dos recém-chegados. Há ainda os que simplesmente omitem a presença dos indígenas, reforçando uma idéia do Brasil como terra de ninguém, que poderia ser tomada por quem chegasse primeiro. Muitos textos praticamente repetem as palavras da famosa carta, empregando uma abordagem meramente descritiva e quase ilustrativa.

A marca da preocupação com o “nascimento” do Brasil, com a precisão da definição de suas origens, presente desde o século XIX, é facilmente percebida nesses textos didáticos. A “correção” histórica, a exatidão do dia, do local, do nome, das ações, elementos próprios de uma concepção tradicional de história, são fortes componentes do livro didático, ao tratar do descobrimento do Brasil. Também a ênfase na Carta de Caminha, a chamada “certidão de nascimento” do país, norteia esses textos, que vêm sendo assim organizados desde os livros de Ribeiro e

de Macedo. A insistência no destaque à celebração da primeira missa remete, como aponta Jorge Coli, para o ato do “batismo da nação brasileira”⁹.

Em relação ao tema da Inconfidência Mineira é possível perceber a manutenção das características básicas de uma abordagem tradicional e conservadora. Este, como o anterior, é um assunto capital numa história de cunho nacionalista acentuado, um dos elementos norteadores da construção da nação, episódio explicativo de muitos dos valores nacionais. A maioria esmagadora dos livros didáticos de História aborda descritivamente a Inconfidência Mineira, não ultrapassando o relato tradicional sobre o movimento, associando o início da conspiração à possibilidade da decretação da derrama, identificando os principais participantes e os seus planos, e relatando o fim da conspiração a partir da denúncia de Silvério dos Reis. A maior parte, ao apresentar os participantes do movimento, identifica-os como parte da elite mineira colonial, fazendo uma associação mecânica entre cultura e riqueza, quase como pré-requisitos para a organização de um movimento como aquele, inspirado no ideário iluminista europeu. O grau de importância da conspiração transparece, nos textos didáticos, como proporcional à importância social atribuída aos seus integrantes. A exceção, Tiradentes, ganha valor pelo seu comportamento durante a devassa e, sobretudo, na sua execução. Vê-se, pois, o caráter conservador e preconceituoso da abordagem feita, o que reforça as representações já consagradas da Inconfidência e, essencialmente, de Tiradentes.

Os textos didáticos sobre a Inconfidência Mineira tendem, ao construir a narrativa sobre o movimento, a tecer um perfil claramente favorável ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, preparando o caminho para o final trágico da história, quando se confirmarão suas qualidades superiores, justificadoras de sua condição de herói máximo da nação. Parece ser difícil o afastamento da visão sacralizada da história desse episódio e ainda mais, de seu principal personagem, o que conduz, facilmente, a uma abordagem maniqueísta, que exige a confrontação entre bandidos e heróis. A Coroa portuguesa e Joaquim Silvério dos Reis, de um lado, e Tiradentes e o povo brasileiro, de outro; eles e nós.

Tanto em livros de caráter mais marcadamente tradicional, quanto naqueles que propõem certa inovação, transparece este tipo de polarização, quando se pretende reforçar a nacionalidade pela desqualificação do outro ou pela denúncia da exploração econômica. Em uma e outra visão, Tiradentes aparece como o personagem que impõe respeito pela sua conduta, merecendo, incondicionalmente, o estatuto de herói e mártir. Essas são, inclusive, palavras muito utilizadas nestes textos didáticos, acompanhadas de imagens que, sem dúvida, reafirmam a palavra escrita e robustecem o mito. O apelo sentimentalista toca os corações e dificulta, neste caso, a desmitificação.

Outra imagem sempre presente nos livros didáticos de História é a da Inconfidência como movimento precursor da independência brasileira. Neste ponto eles tratam homogeneamente a questão, quase numa visão teleológica, que demonstra a inevitabilidade da emancipação política do Brasil, apesar do fracasso da Inconfidência. Aliás, como movimento precursor, ela teria, na verdade, demonstrado as fraquezas do sistema colonial português e lançado as bases ideológicas da luta pela independência. O laço de continuidade apresenta-se, também, pelo papel protagonista desempenhado pelas elites e pela quase total omissão de qualquer tipo de envolvimento popular.

Pelo dito, creio ter demonstrado, mesmo que superficialmente, as continuidades existentes entre os livros didáticos de História produzidos no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, e aqueles utilizados nos dias de hoje. Um processo histórico assim apresentado, como um roteiro pré-estabelecido, escamoteia tensões e conflitos, romantiza a história, exclui indivíduos e grupos sociais e celebra uma nação que já nasce coesa, sob o signo da cordialidade entre povos e etnias diferentes, caminhando para o mito edênico da democracia racial e do espírito de conciliação. São essas as representações mais visíveis na opacidade dos livros didáticos de História brasileiros, e não se limitam aos temas aqui apresentados. Na linearidade desses textos, o cidadão não é agente nem sujeito, mas tão somente espectador. A sutil relação passado-presente é o elemento legitimador de uma realidade excludente em várias dimensões e ainda mais grave,

porque induz o aluno à auto-exclusão, muito fácil numa sociedade com uma cultura política marcadamente autoritária.

A construção das representações reflete interesses de grupos, legítimas posições e reconhece identidades. As representações revelam, na verdade, as percepções do social historicamente dadas¹⁰. Sua análise por meio dos livros didáticos de História ajuda-nos a compreender alguns aspectos culturais presentes na sociedade brasileira contemporânea e a ver o ensino de História como um dos mecanismos utilizados na difusão de uma idéia de história afastada da vida do cidadão “comum”. O livro didático, além disso, legitimado como guardião da “verdade” histórica, constitui-se em um lugar de memória privilegiado que, ao alcance de milhões de pessoas, sedimenta uma identidade nacional adequada aos interesses de determinados grupos. Conjugando textos e imagens, consolidam essa construção identitária no imaginário social, ao mesmo tempo fragmentando o processo histórico e construindo uma representação globalizadora e ordenada da sociedade.

NOTAS

¹NORA, Pierre. “Lavisserie, instituteur national; *L'histoire de France*, de Lavisserie”. In *Les lieux de mémoire*. Paris, Quarto/Gallimard, 1997.

²MONIOT, Henri. “Manuels d'histoire et mémoire collective”. In *Historiens et Géographes*, n° 291, sep.-oct. 1982. OZOUF, Jacques et OZOUF, Mona. “Le thème du patriotisme dans les manuels primaires”. In *Le Mouvement Social*. n° 49, oct.-déc.1964. ANSART, Pierre. “Manuels d'histoire et inculcation du rapport affectif au passé”. In *Colloque Manuels d'histoire et mémoire collective*, Paris, 1981. FERRO, Marc. *Comment on raconte l'histoire aux enfants à travers le monde entier*. Paris, Payot, 1986.

³ZAMBONI, Ernesta. *Que História é essa? Uma proposta analítica dos livros paradidáticos de História*. Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP, 1991. BITTENCOURT, Circe M.F. *Pátria, civilização e trabalho. O ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo, Loyola, 1990. BITTENBOURT, Circe M. F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1993. MELO, Ciro F.C. *Bandeira de. Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1997.

⁴CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Papirus, 1998. QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Um nationalisme de déracinés: l'Argentine pays malade de sa mémoire*. Paris, Éditions du CNRS, 1992.

⁵COTRIM, Gilberto. *História & Consciência do Brasil*. São Paulo, Saraiva, 1996. MOTA, Carlos Guilherme e LOPEZ, Adriana. *História e Civilização. O Brasil Colonial*. São Paulo, Ática, 1996. PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. *História & Vida. Brasil da pré-história à independência*. São Paulo, Ática, 1997. RIBEIRO, Vanise e ANASTASIA, Carla. *Brasil – encontros com a História*. São Paulo, Editora do Brasil, 1996. VICENTINO, Claudio. *História Memória Viva – Brasil, período colonial e independência*. São Paulo, Scipione, 1994. CARMO, Sonia Irene do. *História – passado/presente. Brasil colônia*. São Paulo, Atual, 1994. SILVA, Francisco de Assis. *História do homem – abordagem integrada da História Geral e do Brasil*. São Paulo, Moderna, 1996.

⁶Esclareço que não entrarei na discussão da propriedade dos termos “descobrimto”, ou “Inconfidência”, a não ser que seja necessário no momento da análise de um ou outro livro didático. Também não tenho, neste texto, a preocupação de proceder a uma discussão historiográfica sobre os temas escolhidos, mas avaliar como eles têm sido tratados pelos livros didáticos, na dimensão das representações e do imaginário.

⁷RIBEIRO, João. *História do Brasil, Curso Primário*. Rio de Janeiro, Livraria Alves, 1920. (A primeira edição é de 1900). MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil*. Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1860.

⁸Ver SANTOS, João Marinho dos. “A expansão pela espada e pela cruz”. In NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

⁹COLI, Jorge. “Primeira missa e invenção da descoberta”. In NOVAES, Adauto (org.). *op. cit.*

¹⁰Cf. CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990.